



A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MATERNIDADE ENTRE MULHERES QUE LUTARAM CONTRA O REGIME MILITAR NO BRASIL.

Flávia Gotelip Corrêa Veloso¹
Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento²
Priscila von Randow Ferreira³

Os dados aqui apresentados são parte da pesquisa de doutorado que investigou a trajetória da participação feminina na militância política durante a ditadura militar brasileira (1964-1982) ⁴. Sua relevância situa-se, sob nosso ponto de vista, na análise mais aprofundada, no nível psicossocial, de questões vinculadas às relações de gênero em sua interconexão com o campo político na história recente do Brasil. Esse parece ser o caso de mulheres que, quando jovens, romperam com os códigos de sua época ao assumirem um papel inédito tanto no campo da política quanto no das relações de gênero. Portanto, investigar a participação da mulher nesse contexto pode oferecer importantes informações que colaborem para um entendimento mais geral da construção social da identidade feminina que, na época, passava por intensas transformações em função da nova configuração de acessos e sociabilidades difundidas no período.

O investimento em projetos baseados em aspirações de autonomia e igualdade se fundamentou na educação e nas práticas sociais, políticas e culturais. Estas propiciaram uma nova sociabilidade de gênero que se reflete na consolidação de projetos cada vez mais coletivos nas escolas secundárias e universidades. A progressiva integração das mulheres em cursos cujos currículos não se traduziam apenas em investimentos necessários ao bom desempenho doméstico (esposa-mãe) contribuiu para a construção de uma nova visão de mundo, possibilitando práticas que colocavam em xeque as concepções predominantes sobre o lugar social das mulheres até aquele momento.

É interessante observar que os modelos tradicionais femininos e a expectativa de trajetória de vida com o objetivo inescapável de casar e ter filhos, puderam ser pensados sob uma nova configuração. Seus projetos pessoais já não estavam mais atrelados somente as Representações Sociais (MOSCOVICI, 2004) de mulher-mãe, ainda que suas articulações não tenham se dado sem conflitos. Principalmente quando a estes se juntavam à complexa vivência da vida na militância

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. flaviagotelip@gmail.com

² Professora Doutora em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. fgian@uol.com.br

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

⁴ Tese de doutorado intitulada “*Mulheres e Militância no Espírito Santo: Encontros e Confrontos Durante a Ditadura Militar*”, defendida na Universidade Federal do Espírito Santo em 2006.



clandestina⁵, que tornavam os limites entre a vida privada e os domínios públicos, o da organização, menos visíveis. Nesse contexto, os elementos representacionais que configuravam o ser militante (projeto coletivo) se confrontavam com o ser mãe (projeto individual) e tornavam essas experiências permeadas por conflitos nos quais as organizações de esquerda se posicionavam indicando e/ou influenciando os caminhos a serem seguidos pelas militantes e pelos casais, já que tais projetos eram entendidos como excludentes. Por outro lado, as(os) militantes viveram relações conjugais, casaram-se e tiveram filhos, e suas concepções de maternidade e paternidade foram confrontadas com a vida na militância.

Ao entendermos que maternidade não é um conceito abstrato, e sim parte expressiva das nossas relações concretas (TRINDADE, 1998), e as representações que abarcam essas práticas permeadas por elementos que materializam no pensamento social as representações de gênero que reafirmam formas tradicionais do ser mulher-mãe (TRINDADE, 1999), é que nos interessamos por investigar as Representações Sociais de maternidade de mulheres que, ao se inserirem na luta política contra a ditadura militar, romperam com vários estereótipos de gênero. Nosso objetivo é entender como o modelo tradicional da maternidade foi conjugado a novos modelos sociais que se configuravam naquele momento em relação à vivência do gênero feminino. Adotamos, para isso, a perspectiva de Trindade (1993, p. 538) sobre o modelo tradicional de maternidade, que

“implica em uma figura feminina responsável pela manutenção do vínculo familiar. Esta tarefa deve ter prioridade sobre suas necessidades pessoais, visto que é através da maternidade que se concretizará sua identidade como mulher. A ‘maternagem’ é vista, então, como o ideal feminino mais nobre e dignificante”.⁶

Utilizamos a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2004), para entendermos os elementos que cerceiam a maternidade para essas mulheres e que nos auxiliam no processo de reconhecimento das formas compartilhadas de explicações para tal questão. Partimos do pressuposto de que as representações são socialmente produzidas e partilhadas a partir da pertença dos sujeitos a diferentes grupos sociais, surgindo da comunicação entre as pessoas e nunca de um indivíduo sozinho. Utilizamos esta perspectiva porque há possibilidade de compreendermos a rede em que se imbricam diversos significados, valores, sistema de crenças, idéias e imagens que nas representações sociais têm certa fluidez que torna a própria representação viva e dinâmica.

As representações nos auxiliam a trazer o não familiar para o campo do familiar, isto é, torna palpável algo ainda desconhecido ou implícito nas falas das mulheres estudadas. Este

⁵ A militância político partidária de esquerda era uma experiência vivida na clandestinidade em função da perseguição instalada pelo Regime militar após o Golpe de 1964, quando todos os partidos políticos de esquerda foram proibidos.

⁶ TRINDADE, Z. A. Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional. *Interfaces*, 2 (1), p. 33-40, 1999.



fundamento teórico também nos guia através do seu “referencial interpretativo tanto para tornar as representações visíveis, como para torná-las inteligíveis como formas de práticas sociais” (MOSCOVICI, 2004, p.25). Para tanto, utilizamos a análise de conteúdo das falas das mulheres estudadas como fonte de análise teórica das representações.

Pretendemos apresentar nesse trabalho a conjugação das experiências de militância e maternidade de nove mulheres que, através da participação em organizações de esquerda, se opuseram à ditadura militar brasileira. A reconstituição das trajetórias dessas ativistas políticas se deu a partir da elaboração dos dados recolhidos em entrevistas individuais submetidas à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; VALA, 2003).

De forma geral, o confronto do conteúdo das diferentes entrevistas permitiu a reconstituição da trajetória coletiva de um grupo historicamente datado, trajetória esta que pôde ser fortalecida e reconstruída por cada uma das participantes e pelo próprio grupo das mulheres. Assim, buscamos entrelaçar os resultados obtidos e a discussão teórica a fim de facilitar a compreensão da relação entre trajetórias de militância e Representações Sociais de maternidade.

Ainda que não tenha sido nossa intenção, as militantes ficaram distribuídas em dois subgrupos baseados em períodos diferentes de militância: a) Grupo 01: formado por 04 mulheres que iniciaram a militância em 1964 e passaram a ser perseguidas/presas em 1969. Todas estavam ligadas, na época da militância, a organizações de esquerda e ao movimento estudantil universitário; b) Grupo 02: formado por 05 mulheres que iniciaram a militância em 1971, ao entrarem na universidade, pertenceram ao mesmo partido clandestino e foram presas em 1972. A característica comum às mulheres entrevistadas, que foi selecionada para esse trabalho, é que todas as participantes se tornaram mães envolvidas com a militância e namoravam e/ou foram casadas com companheiros de militância durante a participação nas organizações de esquerda. Optamos por identificar as mulheres que militaram no primeiro período com nomes iniciados pela letra S (Silvia, Suzana e Sônia). Para as mulheres que iniciaram a militância no segundo período optamos pela letra R (Rita, Raquel, Renata, Rosane e Regina). É importante observarmos que esses nomes não guardam qualquer semelhança nem com os nomes verdadeiros nem com os codinomes utilizados pelas entrevistadas durante a militância.

A análise dos dados aponta alguns aspectos relevantes destacados pelas mulheres em relação à configuração de gênero no interior das organizações que influenciaram a vivência da maternidade e a relação desta com a vida conjugal na militância clandestina. Havia uma forte interferência da organização na vida pessoal dos participantes, muitas vezes através de rigorosas determinações. Um



dos domínios mais afetados pelas organizações era o amoroso⁷. Das nove entrevistadas, somente duas mantiveram relacionamentos estáveis que não sofreram alguma interferência da organização ou da militância. O controle das organizações atingia suas vidas do namoro ao casamento e incluía a questão da gravidez, geralmente repudiada pelos dirigentes por considerarem-na mais um fator de risco e fragilidade para o grupo, como aconteceu com Regina e Silvia.

Ainda que não se caracterizem como relacionados diretamente ao tema central do presente trabalho e, portanto, não seja nossa intenção explorá-los em todos os seus desdobramentos, alguns aspectos da dinâmica conjugal e da formalização do casamento são significativos para a compreensão da vivência da maternidade. Esses aspectos, associados às trajetórias política e profissional dessas mulheres, ajudaram a constituir a rede de elementos que organizam sua Representação Social de maternidade. O fato de o início da vida adulta ter coincidido, para algumas, com um momento em que o projeto de autonomia se integrava ao da militância política, pois acreditavam que a autonomia pessoal passava pela derrubada dos valores burgueses, marcou os significados das práticas afetivo-sexuais das entrevistadas. Nesse contexto, um projeto privado como o casamento soava incongruente com objetivos coletivos, fazendo com que, muitas vezes, causasse mal-estar à situação na qual aparecia de forma clara o conflito entre objetivos totalizantes e individualizantes. Esse conflito, entretanto, freqüentemente fazia parte das relações amorosas entre homens e mulheres militantes. Silvia, por exemplo, considerava absurdo, naquele momento (1968), que o seu namorado fizesse planos de que tivessem filhos, mesmo clandestinos e na guerrilha.

Nesse sentido, seguindo Vaitsman (1994), se pensarmos a passagem de um período para o outro, o casamento e sua formalização trazem transformações que vão se intensificando ao longo da trajetória dessas mulheres. Assim, em alguns casos, a formalização do casamento significou um passo estratégico para a realização de outro projeto (por exemplo, Regina se casa para poder ir para a Guerrilha). De forma geral, para todas essas mulheres, o casamento deixou de representar um fim em si. Além disso, as mulheres do primeiro período contestavam os padrões até então dominantes de família e maternidade, principalmente aqueles das chamadas ‘famílias tradicionais’, procurando conjugar o não rompimento com as suas família ao investimento em projetos individuais. Foi assim que Solange e Suzana se casaram no civil e no religioso, fazendo questão, entretanto, de dispensar

⁷ Se a convivência íntima livre de constrangimentos e imposições sociais entre rapazes e moças militantes era uma ruptura com os padrões vigentes, isso não significa dizer que eles não recorreram a arranjos convencionais de relacionamento. Todas as mulheres do segundo período, que namoravam, se casaram não virgens. Também tiveram filhos e não permaneceram casadas até os dias atuais.



as “damas de honra” e de não se vestirem como noivas tradicionais: optaram por mini-saia, não usaram véu e grinalda e, no lugar do buquê, apenas por uma flor natural.

As observações sobre a vivência conjugal com seus companheiros de militância salientam que, embora a convivência íntima fosse livre das imposições sociais tradicionais e representassem uma ruptura com os moldes vigentes, eles recorreram a arranjos convencionais de convívio que, muitas vezes, beneficiavam a atuação da militância.

Segundo Vaitsman (1994), as mulheres desta geração

“já eram muito mais conflituadas e seguiriam um caminho mais fragmentado. Viviam uma outra época, criando suas próprias condições internas - identidades não mais exclusivamente referidas aos papéis na família - e externas - produzindo transformações culturais e legitimidade social para tais transformações – para expressar seus conflitos e tentar solucioná-los.”⁸

Entretanto, as mulheres experimentaram, em algum momento, a sensação de que estavam repetindo ambigualmente parte dos modelos recebidos de suas mães. E isso se dava principalmente em função de alguns elementos da Representação Social de maternidade que partilhavam, causando um conflito com os elementos que formavam a representação de “ser mulher”.

A sensação era ambígua porque elas mesmas admitiam não serem mais como suas mães, como reflete Raquel: “*Eu começo a fazer muita escolha baseada em filhos. Então, eu diria assim, eu mesmo, olhando minha vida para trás, eu penso que aquilo que eu consegui romper no contexto de família, de papel de mulher, esposa, essas coisas, eu talvez não tenha conseguido enquanto papel de mãe. Porque o papel de mãe, eu meio que reproduzi, sabe?*”.

Tal sensação transformava-se de ambígua em conflituosa, em alguns momentos, por elas desejarem o casamento e os filhos, ainda que suas identidades não estivessem mais orientadas exclusivamente aos papéis de mãe e de esposa. Se a maternidade, ao mesmo tempo, foi desejada e perseguida como realização pessoal, a representação social que partilhavam sobre ser mãe (serem as responsáveis pelos laços afetivos; abdicarem de necessidades e planos pessoais; serem as principais responsáveis pela educação) restringiu outros projetos considerados importantes e fundamentais para o exercício da militância. Suzana restringiu sua participação na militância por um período de tempo, o que fez com que questionasse os modelos e suas representações de maternidade e paternidade à medida que tinha que estar involuntariamente afastada de uma atuação mais participativa. Tentava minimizar essa condição realizando reuniões em sua casa, mas, com o nascimento de filhos em intervalos muito pequenos, essa possibilidade também foi se restringindo e a maternidade dificultou sua participação em função de ser, sobretudo, sua a responsabilidade pelos

⁸ VAITSMAN, J. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 12.



cuidados com os filhos.

No que tange à importância que a militância teve frente ao exercício da maternidade, percebemos que a gravidez estabeleceu um limite entre dois papéis. Ser mãe foi considerado mais importante que ser militante e correr riscos de vida. Regina mencionou o conflito que viveu com o marido e a família durante a clandestinidade quando se descobriu grávida. Esse foi o momento decisivo na vida de Regina, ela sentiu que era a hora de escolher entre o marido, a militância e um filho. Para Regina, ser mãe representava uma dedicação completa ao filho, e a garantia de não colocá-lo em risco. A partir do momento em que engravidou, não poderia mais pensar somente no que acreditava, nos seus ideais. Agora tinha um filho que dependia totalmente dela e por quem o seu amor era maior: *“enquanto você não tem filho, você admite: ah, eu vou ser presa ali, tudo bem. Mas na hora que chega o filho, infelizmente, a gente, a dor da mãe, assim, o sofrimento da mãe, o amor de mãe, ele bate mais forte pro lado do filho... do que pela luta”* .

A gravidez de Silvia durante os primeiros anos de 1969, já na clandestinidade, salienta os elementos representacionais da maternidade conflitantes com a concepção de militante tanto para o seu companheiro, quanto para o partido. Sua militância passou a ser desempenhada como um cumprimento de tarefas ocasionais e sem riscos. Nesse momento não significava uma efetiva necessidade abdicar da maternidade para poder dedicar-se integralmente à militância; mas as atividades de militante foram reduzidas pelo companheiro ainda que em alguns momentos ela solicitasse participar de ações: *“dentro do partido você notava, então, que tinha essa distinção, na verdade, né? É, porque eu tinha vontade de fazer as coisas e ele me dizia que não. Que provavelmente o partido dizia que não. Grávida, mulher, grávida, é um risco, é visado e, se cair, e tal... Mas nem me passava questionar isso não, até porque eu tava muito apaixonada”*. A decisão entre uma condição e outra foi imposta quando o casal necessitou sair do país e viver no exílio. Após um parto difícil na clandestinidade, com problemas de saúde decorridos da gravidez, ela se viu obrigada a partir sem levar sua filha, por medidas de segurança, que ficou no Brasil sob a guarda temporária dos avós paternos. No exílio, atordoada pela sua atitude, abandonou a militância e passou a vida tentando obter sua filha de volta, após perder o segundo filho devido a uma doença rara e se separar do companheiro. Por outro lado, foi o desejo de exercer plenamente essa maternidade que não permitiu que ela sucumbisse ao exílio: *“um dia, fechei a casa inteira, abri o gás. Quando tive o primeiro choque, eu olhei o retrato da minha filha (...) Ela era muito bonita, e eu disse: ‘eu não posso fazer isso’”*.



As mulheres que se tornaram mães durante o período da repressão abandonaram a militância para preservarem a maternidade, principalmente as que engravidaram logo após terem passado pela tortura e pela prisão (Renata, Regina, Rosane, Rita e Silvia), como demonstra Rosane: “*Que foi justamente... foram dois anos depois da minha prisão. Eu fiquei... fiquei mais medrosa. Filho meu ninguém pegava não! Me agarrei. Eu não ia entregar meus filhos, depois que eu passei pelo Batalhão de Infantaria, né?(...) Não ia entregar na mão de qualquer... Eu sei que eu achava que tinha alguém em algum lugar até naquela época... Então, eu fui viver, fui viver pra eles*”. Rita também relata o medo e a apreensão que viveu durante o período de julgamento. Constantemente ameaçada pela possibilidade de voltar à cadeia, pediu à mãe para que criasse suas duas filhas dentro dos princípios éticos e de justiça social pelos quais ela tanto lutara.

A maternidade também representou para essas mulheres a possibilidade de reconstrução de suas vidas, motivo pelo qual precisavam enfrentar a realidade após o aniquilamento sofrido na tortura; a certeza de que já não podiam mais voltar atrás em seus projetos de individualidade, independência e profissionalização como demonstra Renata: “*Quando eu saí, eu saí com uma missão, eu tinha que sobreviver... grávida de quatro meses (...) Eu saí de lá e... o cara falou [referindo-se ao médico que lhe atendeu na prisão]: Sua chance de ter esse filho... é pequena. Sua chance de seu filho ser normal é pequena*”. E o clima era esse, assim, “*vamos tentar ser o mais feliz que a gente consegue... pra mim mesma eu precisava ser mais feliz pra reduzir o grau de tensão e de aflição*”. Foram momentos difíceis. Morando sozinha, trabalhando e juntando dinheiro para o parto, que foi em sua cidade, sem precisar da ajuda financeira do pai, o nascimento do filho foi uma vitória da qual ela muito se orgulha.

A maternidade na trajetória de vida dessas mulheres não representou a materialização de suas expectativas pessoais em torno da representação social dos papéis tradicionais femininos. Ainda que conjugando elementos de representações tradicionais da maternidade, essas mulheres não se reconhecem apenas como mulheres-mães e não fazem desse exercício, atrelado ao casamento, suas referências de vida. Agregaram novos elementos à representação de maternidade, inclusive a de que ela não representa, sozinha, a satisfação suprema do sacrifício, incluindo, nesse sentido, a permanência em uma relação conjugal que não atende a manutenção de projetos pessoais e avanços profissionais próprios. Acreditaram que as duras experiências vividas em nome de projetos pessoais e coletivos não poderiam restringir sua autonomia em nome de filhos, maridos ou modelos que estabelecem como fixos os lugares masculinos e femininos.



Bibliografia

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2004.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TRINDADE, Z. A. *As Representações Sociais e o cotidiano: a questão da maternidade e da paternidade*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 9 (3), set-dez, 1993. 535:546.

TRINDADE, Z. A. *Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do com fantasmas do Século XVIII*. In: L.Souza; M.F.Q Freitas (Orgs.). *Psicologia e Reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, p.129-155.

TRINDADE, Z. A. *Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional*. *Interfaces*, 2 (1), 1999. 33: 40.

VALA, J. A análise de Conteúdo. In: A.J.S. Santos; J.M. Pinto (Orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.